



NA ENCRUZILHADA DO “DESENVOLVIMENTO”: ENTRE A PRODUÇÃO DE ENERGIA E A EXTRAÇÃO MINERAL NO SEMIÁRIDO BAIANO.

Herivelto Fernandes Rocha¹

Ana Paula Leal Pinheiro Cruz²

RESUMO

Investigamos neste artigo a relação entre a ideia de “desenvolvimento” atribuída e vendida por grandes empreendimentos com as comunidades atingidas na região do semiárido baiano. Local onde se observa o histórico de sucessivas implantações de hidrelétricas, mineradoras até, mais recentemente, a instalação de usinas eólicas para a geração de energia “limpa”. O traço comum destes processos é a existência de um discurso em favor do desenvolvimento e do progresso, como algo que irá, a curto ou médio prazo, possibilitar uma melhoria na qualidade de vida local. Mas ao contrário, o que se observa é a produção e distribuição de riscos para os mais vulneráveis, com reverberações em várias dimensões. Seja pelo destaque de uma posição crítica em torno do conceito de desenvolvimento que orientou e continua orientando as ações e implantações de grandes projetos na região, ou pelo entrevista realizada junto a uma agente da Comissão Pastoral da Terra, fica evidente a desconsideração de outras formas de existir, de outros valores que não os que obedeçam a uma lógica homogeneizadora do modelo moderno-colonial que ainda exerce a sua influência sobre os povos e seus territórios, resultando numa série de conflitos, desrespeito aos direitos humanos, apropriações da natureza, dentre outros. A ambivalência do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável que continuamente se apropria dos mais vulneráveis que mantém uma relação de subsistência com a terra, segue desconsiderando as demandas locais, ainda que envolto pelo manto da sustentabilidade, sendo necessário, cada vez mais, descolonizar os conceitos e as ações que se destinam aos territórios e as identidades locais.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é “uma palavra plástica, um termo oco com um significado positivo” (Sachs, 2019 p.13, tradução livre). A partir dessa breve caracterização, nos propomos a investigar neste artigo a relação entre a ideia de desenvolvimento atribuída e vendida por grandes empreendimentos com as comunidades atingidas na região do semiárido baiano. Onde, ao longo dos anos, observa-se o histórico de sucessivas implantações de projetos “desenvolvimentistas” como hidrelétricas, mineradoras e até, mais recentemente, a instalação de usinas eólicas para a geração de energia “limpa”. Em comum nestes processos há o discurso

¹ Doutorando do curso de Ambiente e Sociedade (PPGA&S) da UNICAMP – SP, h212544@dac.unicamp.br

² Doutoranda do curso de Ambiente e Sociedade (PPGA&S) da UNICAMP – SP, anapaulalealpc@gmail.com



a favor do desenvolvimento e do progresso, como algo que irá, a curto ou médio prazo, possibilitar uma melhoria na qualidade de vida local. Mas ao contrário, o que se observa, muitas vezes, é uma sucessão de impactos negativos para as comunidades e para o meio ambiente com reverberações em várias dimensões. É essa contradição, intrínseca à ideia de desenvolvimento, que pretendemos explorar neste artigo.

O artigo se apresenta em três momentos, além desta introdução. Primeiro apresentamos uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento de maneira crítica, amparados por considerações de autores que se debruçam sobre a relação entre o global e o local no sistema hegemônico e capitalista no qual vivemos, ressaltamos assim, os desdobramentos e as consequências de demandas globais para as localidades. No segundo momento, estabelecemos o recorte geográfico, os municípios do semiárido baiano, onde apresentamos um breve histórico sobre a influência das grandes obras e projetos de infraestrutura situados nesta localidade. Por fim, destacamos como parte da metodologia adotada, além da revisão bibliográfica, a realização de uma entrevista virtual com uma agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Bahia. As análises que decorrem aliam-se às considerações provenientes de dados oficiais do município, que devem auxiliar no entendimento sobre os diversos impactos aos quais as populações e o ambiente têm estado expostos continuamente e que reforçam a contradição existente no discurso pró desenvolvimento e a necessidade de superação dessa perspectiva colonialista.

O “DESENVOLVIMENTO” COMO IMPOSIÇÃO

A degradação e os impactos causados pela implantação de grandes empreendimentos são tratados por uma vasta bibliografia de vários campos do conhecimento, que destacam os desdobramentos em suas variadas dimensões: ambientais, sociais, econômicas, culturais, dentre outras. Participantes de um Programa de Pós-graduação interdisciplinar, nos instiga, perceber as inter-relações entre as dimensões que são implicadas nos processos de implantação e expansão desses empreendimentos. Assim, os impactos podem ser percebidos, por exemplo, na paisagem pela degradação do habitat de diversas espécies de flora e fauna e na interferência sistemática das vivências das comunidades, seja pela impossibilidade de realização de suas atividades cotidianas ou na imposição de sofrimento físico e mental às comunidades situadas próximas a esses empreendimentos ou em zonas adjacentes. Pelo acirramento de conflitos por água e terra vivenciado e pela necessidade de (re) existir às imposições da lógica de apropriação hegemônica capitalista sobre a natureza, as organizações e os movimentos sociais articulam-se



na busca de justiça ambiental e na salvaguarda dos direitos das comunidades atingidas (ACSELRAD, 2010).

Dentre os diversos exemplos que corroboram essas afirmações, destacamos as construções das obras que compõem o projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte no rio Xingu iniciadas em 2011 em Altamira no Pará (PA), região Amazônica do país. Das implicações que se seguiram, apontamos aqui para o processo de “desterritorialização” de comunidades indígenas e ribeirinhas devido a uma série de impactos socioambientais irreparáveis às quais ficaram sujeitas (PADINHA, 2017). Outro episódio pode ser observado a partir da transposição de parte do rio São Francisco também em 2011, motivado principalmente pelo discurso do combate à seca na região do semiárido. O processo que ficou marcado por um intenso debate nacional, apresenta diversas controvérsias devido aos altos custos da obra e seus verdadeiros beneficiários, pelo lobby entre políticos e empresas, e pela desconsideração dos impactos socioambientais demonstrados por estudos prévios (FERREIRA, 2017). Ainda destacamos os rompimentos das barragens de rejeito da mineração das empresas Samarco (2015) e Vale S.A. (2019) localizados nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho, respectivamente. Ambos os rompimentos foram marcados por tragédias humanas e ambientais, os derramamentos de toneladas de rejeito mineral ocasionaram em centenas de mortes, desapropriações, deslocamentos e na poluição de duas importantes bacias hidrográficas do sudeste brasileiro, a Bacia do rio Doce, em que o rejeito atingiu o Oceano Atlântico pelo litoral do Espírito Santo, e a Bacia do rio São Francisco, pelo derramamento no rio Paraopeba, seu afluente (ARÁOZ, 2020; LASCHEFSKI, 2020).

Ainda que não seja foco deste artigo resgatar as implicações desses episódios, julgamos importante trazer exemplos que ilustram parte das problemáticas associadas à grandes empreendimentos, presentes desde os momentos de implantação, continuadas com o seu funcionamento e, no caso das barragens, ampliadas ainda após os eventos de rompimentos. A contribuição que se espera com a breve pontuação desses episódios o vislumbre de uma complexa trama política e institucional, permeada por interesses diversos, que tende a gerar o apagamento de direitos e demandas das populações locais ao atendimento de interesses nacionais e/ou internacionais. Acreditamos assim, que abrimos espaço para reflexionar sobre esses impactos por uma abordagem crítica, nos baseando para isso numa perspectiva decolonial, focados na problematização de discursos favoráveis aos empreendimentos que se amparam na constante busca pelo “progresso” e pelo “desenvolvimento” inatingíveis.



Assim, destacamos brevemente a relação entre a imposição do modelo moderno-colonial aos demais modos de vida e o início do processo de modernização, marcado pela oposição e apropriação da natureza pelo homem e do apagamento de outras formas de existir. Um dos autores que dá suporte a essas problematizações é Porto-Gonçalves (2006) que dentre suas considerações destaca também os limites ao desenvolvimento, as crescentes preocupações com a questão ambiental e a relação direta entre vulnerabilidade social e ambiental.

A expansão do capitalismo revestia-se de uma aura de missão civilizatória, e dessa forma, absolvía-se o etnocídio e o genocídio que se cometiam contra os povos da África, da Ásia e da América Latina, considerados primitivos e atrasados e, portanto, assimilados à natureza [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13).

A crença forjada e a aceitação de um único modelo hegemônico de “desenvolvimento” este inalcançável e desagregador para grande parte dos países do sul global, fez com que a cultura de muitos povos fosse desconsiderada, alterando os seus modos de vida, interferindo em suas atividades cotidianas e em suas identidades. Os discursos pró-desenvolvimento, amparados pela lógica capitalista e implicados em processos lineares e ilimitados, seguem servindo de justificativa também ao neoextrativismo. Lang (2016) propõe a necessidade de se repensar as noções que se atribuem ao “desenvolvimento” devido ao entendimento de que há nesse sentido uma padronização da “qualidade e modo de vida” pregada e prometida por décadas pelos países do Norte, por um processo dito de cooperação com os países do Sul, que tem se articulado de maneira injusta e excludente.

Os modos de organizar a sociedade e a economia, os modos de conceber o mundo e de estar nele, os conhecimentos e saberes de grande parte da população mundial foram desqualificados como pobres, atrasados, insuficientes, por uma única razão: existiam por fora do sistema de produção e dos mercados capitalistas. Essa é a meta do “desenvolvimento”: incluir territórios não totalmente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital; transformar populações em consumidores, camponeses de subsistência em assalariados ou informais, bens naturais em commodities, propriedade coletiva em privada e vendável (LANG, 2016, p. 31).

Assim, essa perspectiva colonial, tem atravessado diferentes governos, inclusive aqueles caracterizados como progressistas, que se amparam nessa retórica para lançar grandes projetos e promover, de acordo com seus princípios, o bem estar social e econômico (SVAMPA, 2019; ARAOZ, 2020).

Acreditamos que a problematização em relação ao “desenvolvimento” é um ponto de partida para discutir as relações entre a demanda global e os impactos locais, sentidos por aqueles mais vulneráveis socialmente e ambientalmente, as reverberações da adoção desse



modelo moderno-colonial de desenvolvimento pode ser observado em diversos locais do país, como apontado anteriormente, atingindo diversas comunidades, gerando, diversos conflitos, aqui, destacamos geograficamente a região do semiárido baiano.

As vulnerabilidades a que estão expostas as comunidades localizadas nesta região, não são novas, pelo contrário. Porém, daremos ênfase ao recorte temporal das últimas décadas onde se intensificaram os impactos causados pelo avanço do Capital sobre os seus territórios. Contemplaremos nesse recorte considerações sobre o modelo econômico implantado desde a década de 1960 e 70 onde se destacam os impactos de grandes projetos de desenvolvimento pelo governo militar situados na área como hidrelétricas, como também a modernização conservadora da agricultura brasileira, que introduziu novas tecnologias nos processos produtivos e acentuou a concentração fundiária; destacamos também os reflexos da expansão da extração mineral predatória e, mais recentemente a implantação dos parques eólicos, caracterizados como alternativas limpas para a geração de energia.

A partir de 1970 foi implantado no país um modelo econômico que tinha como intuito principal acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade, modelo que causou profundas transformações no campo brasileiro, “esta política que ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões” (FERNANDES, 2000, p.49). Este processo, de acordo com a agente da pastoral da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Marina Rocha, que atua diretamente junto às comunidades e povos tradicionais do semiárido, alterou o modo de vida das famílias que dependiam da terra para sobreviver, muitas destas famílias foram expulsas do campo e tiveram que migrar para as cidades.

Já a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Sobradinho teve início na década de 1970 e fazia parte de uma lógica dos governos militares de construção de grandes projetos de geração de energia no país. A construção da barragem promoveu a remoção forçada de cerca de 72 mil pessoas (AMARAL E SANTOS, 2018).

Os deslocamentos compulsórios em geral foram traumáticos, provocando modificações nas formas de vida dos atingidos que vão muito além dos aspectos econômicos, sociais e culturais. No caso de Sobradinho, as perdas afetivas e as perturbações psicológicas deixaram marcas e são irreparáveis, provocando silêncio e desconfianças (AMARAL e SANTOS, 2018 p.7).

Aliado a isso, somam-se a expansão das atividades do modelo de extração mineral que desde a época colonial avança sobre a formação geológica da Serra do Espinhaço, englobando



parte dos estados de Minas Gerais e Bahia. Seguindo a lógica desse modelo, os projetos de mineração vêm causando e acentuando diversos impactos locais como, por exemplo, a grilagem de terras, a supressão da vegetação, as ameaças de mortes contra moradores locais e a contaminação dos solos e dos cursos hídricos. Segundo Antonino (2019) a mineração gera uma série de conflitos territoriais no estado da Bahia e, principalmente, nos municípios que fazem parte do semiárido baiano.

Os casos de conflitos envolvendo a mineração não cessam. Se formos apenas registrar a quantidade de conflitos, na velocidade que eles “aparecem”, se tornaria um trabalho infundável, visto que a cada novo projeto mineral implantado, soerguem conflitos específicos com as populações locais, a sociedade e a natureza [...] Mineração causa colapso nas condições de vida das populações dos territórios terra-abrigo. São oriundo de projetos financeiros e minerais que não nasceram na localidade onde é extraída ou beneficiada, que não possuem identificação nenhuma com os usos dos territórios para servir de abrigo e de sobrevivência, que não respeitam a cultura local, que não seguem a lógica da solidariedade e do respeito mútuo com a vizinhança, que não considera as condições da natureza e dos biomas, incluindo as questões climáticas, que não leva em conta a velocidade de assimilação de informações técnicas complexas pelos “homens lentos”(ANTONINO, 2019 p. 294).

Estes projetos fazem parte de uma agenda geopolítica da era pós-colonial que abriu caminho para o poder imperial do Ocidente sobre o resto no mundo após a Segunda Guerra Mundial (SACHS, 2019).

Cronopoliticamente, todas as nações do mundo parecem caminhar na mesma direção. O tempo imaginado é linear; ele só pode avançar ou retroceder. O objetivo é o progresso técnico e econômico, que, no entanto, são constantemente efêmeros. Geopoliticamente, porém, os líderes neste caminho, as nações desenvolvidas, mostram o caminho para os países atrasados. (SACHS, 2019 p.12, tradução livre).

A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A desterritorialização da Natureza e exploração dos seus recursos é algo intrínseco ao capital. Atualmente, sob uma nova roupagem, o capitalismo intensifica estes processos como, por exemplo, na busca pela transição energética percorrendo várias partes do mundo para produzir energia a partir da água, dos ventos e de uma parcela de radiação solar que encobre a superfície do planeta. A Natureza, na era da hegemonia da modernidade ocidental, é encarada, mais do que nunca, como uma reserva de recursos passíveis de exploração e controle pelo ser humano. Adorno e Hockeheimer (1947, p.9) nos alertaram que “toda tentativa de romper as imposições da Natureza rompendo a Natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da Natureza”, ou seja, o homem ao tentar dominar a Natureza acaba sendo



dominada por ela. A ambivalência deste processo produz riscos (BECK, 2011) e intensifica crises. Neste sentido, a crise ambiental, evidenciada pela emergência das mudanças climáticas e intensificação de eventos extremos, se transformou em mais uma “oportunidade” para que o capital alcance seus objetivos de produção e reprodução no espaço, pois as questões ambientais exigem respostas urgentes.

O capitalismo, demonstrando seu assombroso e perverso engenho para buscar e encontrar novos espaços de exploração, está colonizando o clima. Este neoliberalismo extremo [...] converte a capacidade de uso da Mãe Terra em um negócio para reciclar carbono. E – o que é preocupante – a atmosfera é transformada cada vez mais em uma nova mercadoria, projetada, regulada e administrada pelos mesmos atores que provocaram a crise climática e que recebem agora subsídios dos governos por meio de um complexo sistema financeiro e político (ACOSTA, 2016 p. 208).

É neste contexto que uma nova economia surge: a *green economy* (economia verde). Para Camila Moreno (2016, p.257) num curto espaço de tempo o termo economia verde “se constituiu ao longo dos últimos anos – e especialmente durante a crise financeira de 2008 – como um nó central em torno do qual está se reorganizando e ressignificando o discurso hegemônico”. Sobre a economia verde, Acosta (2016, p.208) entende que ela pode ser encarada inclusive como um retrocesso a vários elementos conceituais do desenvolvimento sustentável.

No artigo “*Sustainable development: Our Common Future revisited*” (HOLDEN, et al, 2014) os autores promoveram uma análise epistemológica do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo eles, este conceito determina a existência de quatro dimensões primárias que, se alcançadas, podem resultar no desenvolvimento sustentável. Estas quatro dimensões são: **1)** garantir a sustentabilidade ecológica a longo prazo; **2)** satisfazer as necessidades humanas básicas; **3)** promover a equidade intrageracional; e **4)** promover a equidade intergeracional. Estas dimensões não seriam negociáveis, não existe desenvolvimento sustentável pela metade, as dimensões devem ser atingidas (dentro de parâmetros que ainda precisam ser estabelecidos) para que de fato possamos alcançar o desenvolvimento sustentável.

As ideias de desenvolvimento sustentável e da economia verde seriam parte de um mesmo paradigma ou seriam campos distintos que disputam o poder de definir os rumos de desenvolvimento alternativos ao capital? O que existe de comum entre estas duas ideias é que ambas foram pensadas a partir de uma lógica hegemônica de modernidade que tem como um dos objetivos a manutenção da lógica produtiva do capital, por isso, nem um dos campos propõe qualquer tipo de ruptura em relação ao modo de produção. O advento da economia verde seria uma etapa de aprofundamento das relações capitalistas com o as questões ambientais, um giro



liberal da sustentabilidade. Cliplet e Roberts (2017) defendem que neste século o neoliberalismo avançou no sentido de controlar a governança ambiental global. Este avanço não evita a destruição ambiental, apenas posterga a crise com a proposição de soluções paliativas, garantindo ao capital novos mecanismos de acumulação enquanto a deterioração ecológica se espalha.

Este avanço neoliberal sobre a governança ambiental e climática também marcou um período de retrocessos em relação aos acordos de emissão de gases causadores do efeito estufa. Enquanto no protocolo de Quioto (1997) existia um compromisso de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa de 5%, em relação a 1990, no acordo de Paris, 8 anos depois, não existe nenhum compromisso obrigatório para os países que ratificaram o protocolo de redução de emissões. O Brasil, por exemplo, se comprometeu em reduzir até 2025 37% de suas emissões, tendo como parâmetro o ano de 2005, já os Estados Unidos, segundo maior emissor do planeta, não estipulou nenhuma meta de redução.

É neste contexto que iniciativas como o REDD+ - Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal + conservação dos estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumentos dos estoques de carbono florestal e o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo surgem como soluções para os problemas ambientais, principalmente os relacionados à emissão de gases causadores do efeito estufa. A financeirização das soluções dos problemas ambientais, embutidas nestes mecanismos, é um dos instrumentos utilizados pelo capital para intensificar a mercantilização da Natureza.

Atualmente diversos governos, sobretudo os do norte global, debatem um plano de “*Green Recovery*” (recuperação verde) para combater os efeitos econômicos da pandemia do Covid-19. No Reino Unido, o primeiro ministro Boris Johnson anunciou em novembro de 2020 um plano de recuperação econômica que já é considerado uma nova revolução industrial esverdeada. O plano possui metas como, por exemplo, acabar com a venda de carros e vans a gasolina e diesel e quadruplicar a capacidade de produção de energia eólica *offshore* em uma década. Nos Estados Unidos o presidente Joe Biden busca aprovar no congresso norte americano um plano trilionário de recuperação da economia baseado numa rápida transição energética.

Esta busca pela transição energética, diante da emergência das questões ambientais, das mudanças climáticas e de outras crises que afetam a humanidade, é uma tentativa de esclarecimento dos homens diante dos limites impostos pela Natureza. Esta busca também produz efeitos adversos nos lugares.



Esta lógica de produção de energia na modernidade ocorre independente da fonte ser ou não renovável. O que chama a atenção neste caso é que este processo está amparado em um discurso de sustentabilidade.

Segundo Marina Rocha, agente da Comissão Pastoral da Terra da Bahia, o semiárido baiano está sendo diuturnamente atingido pelas grandes obras e projetos de desenvolvimento, que na prática impactam diretamente no modo de vida das famílias e comunidades que vivem na região. Mais recentemente no início do século XXI, ainda de acordo com seu relato, a região também está sendo impactada pelo avanço dos parques de geração de energia eólica.

A gente fazia a discussão de como as comunidades poderiam se organizar para defender seus territórios, os direitos das comunidades, sempre a gente fez esse trabalho educativo [...] Nos últimos anos a gente nem tem mais tempo de fazer isso, porque quando a gente tá numa comunidade fazendo uma discussão, que lá pode vir a empresa mineradora, ao mesmo tempo já aparece uma empresa eólica, já aparece a grilagem de terra (Marina Rocha, entrevista 22/12/2020).

A produção de energia eólica no semiárido baiano ocorre de maneira ambivalente, pois ao mesmo tempo que busca corresponder às expectativas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7, produção de energia limpa e acessível, da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), vai de encontro a outros objetivos da mesma agenda. Em 2018 David L McCollum *et al*, apresentaram um estudo sobre as relações e inter-relações entre os ODS propostos pela ONU e de como a busca para atingir um objetivo pode impactar negativamente o atingimento de outros ODS. A produção de energia eólica atualmente está enquadrada na lógica de produção de energia a partir do capital, ou seja, mesmo sendo considerada uma energia renovável e parte dos ODS das Nações Unidas, a territorialização dos parques para geração de energia eólica reproduz no espaço as mazelas socioambientais da produção das demais energias. Por exemplo, no semiárido baiano esta expansão impacta diretamente as comunidades de *Fundo e Fecho de pasto*, que têm sua lógica de vida baseada no uso comunal das terras, devido a apropriação privada de terras e reconversão desses modos de vida em trabalho precarizado ou, como defende Traldi (2019), na acumulação por despossessão.

Sobre o avanço dos parques eólicos Moema Hofstaetter (2016), destaca uma série de impactos que vão desde as transformações paisagísticas, até o aumento da especulação fundiária e imobiliária.

“houve uma supervalorização do mercado imobiliário, beneficiando aqueles que tinham imóveis para venda e locação [...] Essa busca por imóveis se deu



pela chegada de grande contingente de pessoas de fora do município, que vieram trabalhar na cadeia produtiva da energia eólica e precisavam se estabelecer” (Hofstaetter, 2016 p.87).

Talvez um dos principais impactos sociais esteja relacionado ao cercamento das terras, que atinge diretamente o modo de vida de comunidades que vivem nos territórios onde os parques eólicos foram implantados. “Diante dos relatos, pode-se afirmar que os agricultores, que são os donos das terras, onde estão instalados a maioria dos parques, estão a mercê de regras definidas pelas empresas e negociada pelo atravessador, assim como também do descaso do poder público (Hofstaetter, 2016 p.89). Mariana Traldi (2019), destaca que:

Embora as empresas, em sua maioria, optem por não comprar os terrenos, os contratos de arrendamento firmados, em virtude de sua longa duração e do poder exercido pelas arrendatárias sobre a propriedade, configuram alienação completa dos direitos sobre a propriedade por parte de seus proprietários às empresas. Muitos dos contratos, inclusive, isentam as empresas de arcar com os impostos referentes à propriedade, cabendo exclusivamente aos proprietários seu recolhimento. Assim, as empresas evitam a imobilização de capital e se isentam dos custos que adviriam da propriedade, mas garantem seu uso para a geração eólica por longos períodos, controlando, assim, por gerações, extensas áreas do território brasileiro (TRALDI, 2019 p. 275).

A implantação dos parques eólicos também aumenta a vulnerabilidade do lugar (Nascimento Júnior, 2018), das famílias atingidas e o número de conflitos, por isso:

[...] apesar de ser considerada uma energia renovável e limpa [...] a instalação dos parques eólicos impacta os territórios locais evidenciando a vulnerabilidade a que as populações locais estão suscetíveis [...] De um lado, os empreendimentos chegam às municipalidades, prometem potencializar a economia local, com geração de empregos, aumento da arrecadação fiscal e os possíveis impactos são esquecidos de serem mencionados. De outro lado, os territórios são carentes, vulneráveis e se iludem de que, dessa vez, a economia será potencializada, que chegou a solução para a pobreza. Essa é a **lógica** utilizada pelo capitalismo (HOFSTAETTER, 2016 p.113, grifo nosso).

Essa lógica de produção de energia no capitalismo ocorre independente da fonte. A maior parte destes processos têm como pano de fundo a promoção do desenvolvimento.

METODOLOGIA

Não pretendemos nesse trabalho fazer uma análise de método, dito isso, buscamos realizar uma revisão bibliográfica sobre os temas chaves relacionados com a discussão proposta e, devido ao momento que vivemos, decorrente da pandemia da Covid-19, optamos por realizar uma entrevista remota com Marina Rocha em 22 de dezembro de 2020. Marina é membro da Comissão Pastoral da Terra - CPT e nos trouxe uma perspectiva de uma local, de uma pessoa que atua em prol das comunidades atingidas.



DISCUSSÕES

No mapa 1, apresentamos uma breve síntese da complexa realidade do semiárido baiano. O índice de Gini da região, referente ao ano de 2017, mostra uma concentração de terras maior nas áreas limítrofes deste domínio, com destaque para a porção oeste, onde uma nova fronteira agrícola está se estabelecendo na região do MATOPIBA. Temos também áreas de concentração em municípios onde os parques eólicos estão sendo implantados, sobretudo na parte norte e nordeste. Sobre este dado a prefeitura do município de Casa Nova declarou que identificou nos últimos anos um aumento na transferência de títulos de propriedades acima do normal, o que seria uma tentativa de esquentar documentos falsos, boa parte destas terras são das comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de pasto e Quilombolas que ocupam há gerações estes territórios (FSP, 2019). No mapa notamos que a territorialização dos parques, no norte e nordeste do semiárido baiano, ocorre em municípios que possuem comunidades tradicionais em seus respectivos territórios. Sobre a mineração, em todo o semiárido baiano existem atualmente 1.106 projetos de lavra distribuídos em mais de 240 mil hectares (tabela 1). Temos inúmeros conflitos registrados relacionados com a mineração na região.

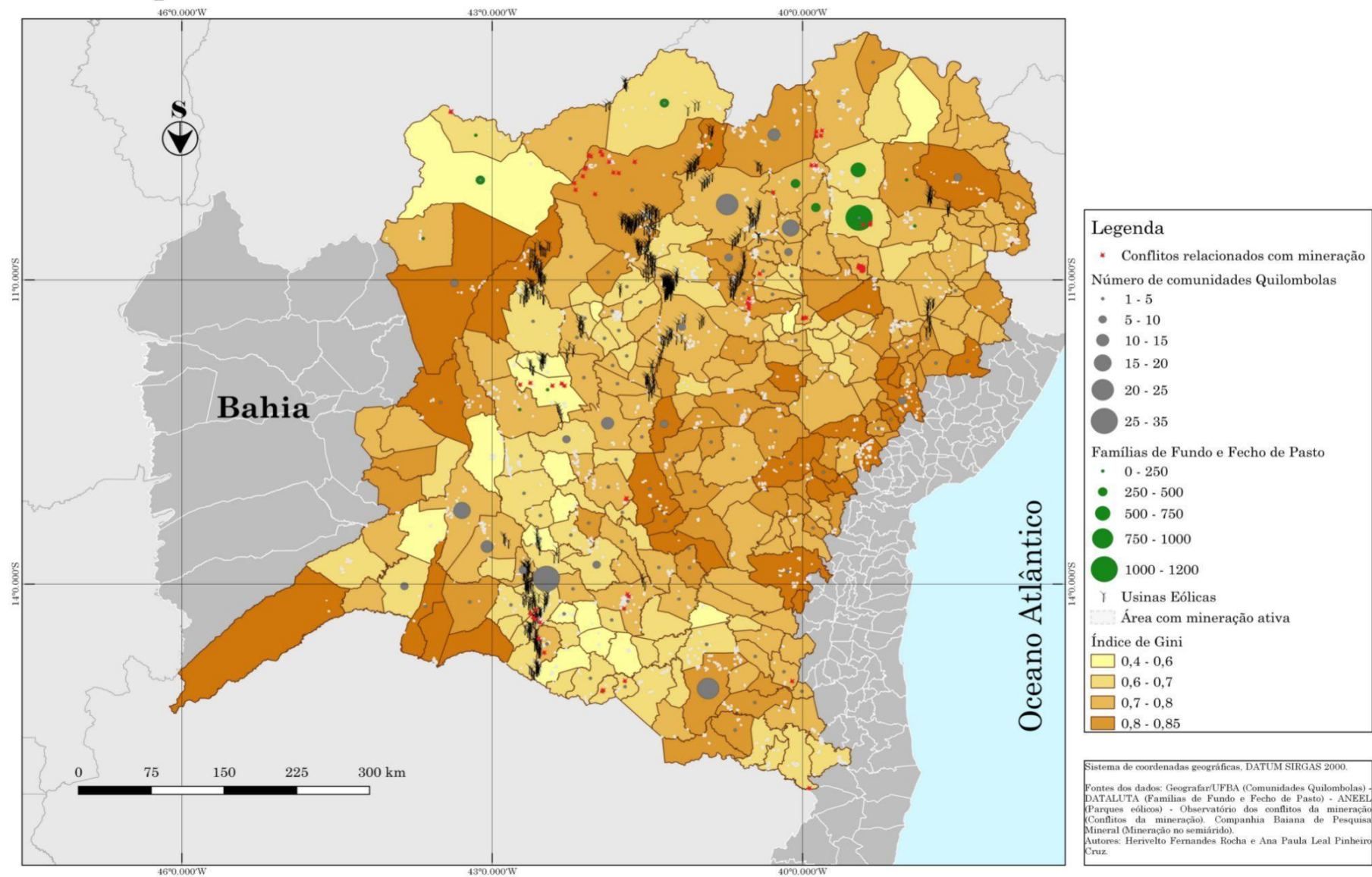
Tabela 1 - Projetos de mineração ativos - Semiárido - Bahia - 2021

Fase do projeto	Número de projetos	Hectares ocupados
Concessão de Lavra	368	141.566
Direito de requerer a Lavra	173	74.759
Lavra garimpeira	40	13.518
Licenciamento	525	14.355
Total	1.106	244.198

Fonte: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, 2021.



Mapa 01 - Na encruzilhada do desenvolvimento - Semiárido - Bahia





Como pode-se observar, ainda que preliminarmente, o impacto que demandas internacionais e nacionais exercem na região do semiárido baiano demonstram a priorização de um modelo de desenvolvimento que desconsidera as demandas locais em tomadas de decisões que historicamente alteraram e ainda continuam alterando os modos de vida da população local. Seja pelo destaque de uma posição crítica em torno do conceito de desenvolvimento que orientou e continua orientando as ações e implantações de grandes projetos na região, ou pelo diálogo realizado com membro da Comissão Pastoral da Terra, fica evidente a desconsideração de outras formas de existir, de outros valores que não os que obedeçam a uma lógica homogeneizadora do modelo moderno-colonial que ainda exerce a sua influência sobre os povos e seus territórios, resultando numa série de conflitos, desrespeito aos direitos humanos, apropriações da natureza, dentre outros, sendo necessário, cada vez mais, descolonizar os conceitos, as ações, os territórios e as identidades e questionar o modelo hegemônico que se impõe. Os impactos independem da forma daquilo que se considera desenvolvimento, tanto o econômico quanto o sustentável impactam de forma negativa o cotidiano das comunidades. A ambivalência do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável que desenvolve envolvendo os mais vulneráveis no atraso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais** - o caso do movimento por justiça ambiental . Estudos Avançados, 24(68), 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469>
- ACOSTA, A. **Extrativismo e neoextrativismo**. In: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas a desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- ADORNO, Theodor. W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- AMARAL, Adzamara R. P; SANTOS, Juracy M. dos; **A BARRAGEM DE SOBRADINHO E OS ATINGIDOS DE SENTO-SÉ BA**. In: Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, 2018, Natal-RN. Anais-CONADIIS. Campina Grande-PB: Realiza Eventos e Editora, 2018. v. 01. p. 01-10.
- ANTONINO, Luis Zenha. Territórios Extrativo-mineral na Bahia: **Violações de direitos e conflitos nos territórios Terra-Abrigo**. Universidade Federal da Bahia (tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia. Salvador, 2019.
- ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade [tradução de Sebastião Nascimento]. São Paulo: Editora 34, 2011 (2ª edição) 384 p.
- CIPLET, David; ROBERTS, John. T. **Climate change and the transition to neoliberal environmental governance**. Global Environmental Change, volume 46. Amsterdã: Elsevier, 2017.



CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2020** – CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, J. G. **A transposição das águas da bacia do rio São Francisco no contexto da resposta à seca do Nordeste**. ENANPPAS 2017 - VIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2017.

HOFSTAETTER, Moema. **Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN, 2016.

HOLDEN, Erling; LINNERRUD, Kristin; BANISTER, David. **Sustainable development: Our Common Future revisited** *Global Environmental Change* 26: 130–139, 2014.

SACHS, Wolfgang. **Foreword**. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; COSTA, Alberto. **Pluriverse, a post-development dictionary**. 4 Tulika Books, New Delhi, 2019.

LASCHEFSKI, K. A. **Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG)**. AMBIENTES. Volume 2, Número 1, 2020, pp. 98-143. ISSN: 2674-6816

LANG, M. **Alternativas ao desenvolvimento**. in: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. **Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas a desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

Marina Rocha: entrevista (dezembro de 2020). Entrevistadores: Herivelto Fernandes Rocha e Ana Paula Leal Pinheiro Cruz. Campinas: via google meet.

MCCOLLUM, David. L; ECHEVERRI, Luis.G; BUSCH, Sebastian; PACHAURI, Shonali; PARKINSON, Simon; ROGELJ, Joeri; KREY, Volker; MINX, Jan C; NILSSON, Måns; STEVANCE, Anne-Sophie; RIAHI, Keywan. **Connecting the sustainable development goals by their energy inter-linkages** *Environ. Res. Lett.* 13 (3), 2018.

MORENO, Camila. **As roupas verdes do rei: economia verde uma nova forma de acumulação primitiva**. In: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (orgs). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 256-293, 2016.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg. **Clima urbano, risco e vulnerabilidade em cidades costeiras do mundo tropical: estudo comparado entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2018.

PADINHA, M. R. **Grandes objetivos na amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017.

PORTO GONÇALVES, Carlos.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina - Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências**. 2019.

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP, 2019..